



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - IPAJM

ATA: Nº. 07/2008

ASSUNTO: REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

DATA: 18 DE NOVEMBRO DE 2008

LOCAL: SEDE ADMINISTRATIVA DO IPAJM

Às nove horas do dia 18 de novembro de dois mil e oito, foi realizada na sala de reunião do Conselho, localizada na Sede do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM, a sétima reunião do Conselho Administrativo, sob a Presidência do Dr. RÔMULO AUGUSTO PENINA, com a presença dos membros deste Conselho: RÔMULO LOPES BERNABÉ, SOLON BORGES MARQUES JUNIOR, MARLY MARTHA DEPRÁ BITTENCOURT, MARIA INÊS PIMENTA CASTELLO MIGUEL, SANDRA HELENA BELLON e JOSE MARIA PIMENTA. Registrada a ausência do Conselheiro JÚLIO CESAR BASSINI CHAMUN. Aberta a reunião, o Presidente solicitou aos Conselheiros que os mesmos se apresentassem e, em seguida, o Presidente apresentou o secretário Sr. André Gama Moraes e o secretário em exercício Sr. Awérik Carlesso Lucas Zeferino, como também, apresentou os convidados, Sr. João Ângelo Baptista, ex - Presidente do Conselho Fiscal e o Sr. Rui Dias de Souza, filho do Sr. Antonio Dias de Souza, ex - Presidente deste Instituto. Passou-se à leitura do curriculum vitae do Sr. João Ângelo Baptista e da Sra. Marly Martha Deprá Bittencourt, ambos homenageados com a Medalha de Mérito Previdenciário "Antonio Dias de Souza". Após a leitura, o Presidente falou sobre o Instituto e citou algumas dificuldades aqui encontradas, como administrador do IPAJM. Passada a palavra ao Sr. Rui Dias de Souza, este, disse que é uma satisfação estar participando desta homenagem, cuja medalha a ser entregue, leva o nome do seu pai e, mais ainda, por ser uma homenagem à sua família. Continuando com a fala, o Sr. Rui disse que também passou por muitas dificuldades e sabe como é difícil ser gestor público e, expressou ainda, a sua satisfação em falar aos homenageados. Completou dizendo que o Instituto era a casa de seu pai, e que, quando ele saiu daqui e foi para a Defensoria Pública, ficou com depressão por trabalhar no lugar errado, o que antecipou a sua morte, falecendo aos 60 anos de idade, há 28 anos. E, mesmo passado este tempo, ele ainda ajuda e que vem abrindo várias portas. Finalizou agradecendo o fato de homenagear duas pessoas tão distintas. Passou-se, a seguir, à entrega das medalhas quando o Sr. Rui Dias de Souza foi designado para fazer a entrega da Medalha de Mérito Previdenciário "Antônio Dias de Souza" ao Sr. João Ângelo Baptista e, a Conselheira Sra. Sandra Helena Bellon foi designada para fazer a entrega a Sra. Marly Martha Deprá Bittencourt. Passada a palavra ao Sr. João Ângelo, este agradeceu o recebimento da comenda tão significativa em um momento tão honroso e gratificante, e disse que gostaria de compartilhar com os demais ex-membros do Conselho Fiscal. Reafirmou que foram acostumados a sofrer críticas e denúncias, muitas delas infundadas, o que deixa uma marca ruim para quem as recebe e, que, como Diretor da Assembléia Legislativa/ES, também passou por isso, e que

qualquer Órgão está sujeito a críticas e denúncias. Ainda com a fala, o Sr. João Ângelo disse que os Conselheiros são testemunhas que durante 04 (quatro) anos tentaram ajudar o IPAJM, e que a função do Conselho Fiscal não é só a de aprovar contas, mas também proteger a Instituição. Finalizou parabenizando toda a equipe pelo apoio durante esse período, e que o IPAJM está próximo ao ideal. Passada a palavra ao segundo homenageado, Sra. Marly Martha Deprá Bittencourt, disse que sempre seguia as orientações de seu pai, o qual dizia que a única coisa que se leva desta vida é o seu nome e aquilo que você faz em favor do próximo e do engrandecimento da comunidade. Completou ainda, dizendo que esta homenagem é fruto mais da bondade do que de merecimento, e que ela não tinha um pai chamado Antonio Dias de Souza, mas sim o amigo Antônio Dias de Souza e, que, se seu pai ainda estivesse vivo ficaria mais feliz do que ela pela homenagem. Finalizou afirmando que esta é uma homenagem não somente a ela, mas à sua família. Encerrada a cerimônia de entrega das medalhas, os convidados retiraram-se. Dando continuidade aos trabalhos, passou-se à segunda parte da reunião, quando o Presidente entregou à Conselheira Marly o processo nº. 43321410, referente à proposta orçamentária de 2009, para ser analisado. Em seguida, o Sr. Dalton Luiz, Gerente de Finanças e Investimentos do IPAJM, falou sobre o Orçamento Geral do IPAJM para o ano de 2009, assim como os orçamentos dos Fundos Financeiro e Previdenciário. Informou que o orçamento teve um corte de R\$ 227.116.506,00 (duzentos e vinte e sete milhões, cento e dezesseis mil e quinhentos e seis reais) que foi tirado de algumas Secretarias, e que existe ainda a compensação financeira entre o INSS e o IPAJM. Foi feito ainda o relato de que alguns Institutos de Previdência estão contratando empresas para gerenciar as compensações financeiras e que estão lucrando com esse procedimento. Foi sugerida uma reunião específica pra resolver a possibilidade de contratação ou não de uma empresa para gerenciar as compensações financeiras. O Sr. Dalton disse que após a reestruturação do artigo 49, dois fundos financeiros foram criados, e que todo dinheiro arrecadado (no valor de 34 milhões de reais e o aporte de 46 milhões de reais) são destinados ao pagamento de benefícios, consignações e servidores. Explicou ainda que o novo fundo financeiro foi feito para os servidores que entraram após a LC 282, e que a sua movimentação está prevista para daqui a 35 a 40 anos, e que este dinheiro está aplicado. Sobre o questionamento no que diz respeito ao Instituto não ter mais dinheiro, foi dito que as contas estão todas no site do IPAJM para que todos vejam que a questão financeira do Instituto está saudável. O Presidente Executivo questionou ao Sr. Dalton sobre os Certificados, e explicou que é um documento que necessitamos ter, pois sem ele o Instituto perderá muito dinheiro. Comentou ainda do certificado ANBID, estando o servidor condicionado a estudar sobre o mercado financeiro específico para previdências. O Presidente leu o e-mail de parabenização ao servidor Márcio do IPAJM, aprovado no curso online da ANBID. O Sr Dalton completou dizendo que foi dado, por sua equipe, total apoio ao servidor para que fosse aprovado. O Sr. Dalton encerrou a sua participação afirmando que o Instituto tem 100% de suas aplicações no Banestes, mas que pode aplicar em qualquer banco. Com a palavra, a Conselheira Marly sugeriu a utilização do servidor Márcio, para verificação de qual lugar o Instituto deve aplicar, pois ele tem agora um conhecimento específico. Após a saída do Sr. Dalton, passou-se à leitura da Ata da reunião anterior, que após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Passando-se para o próximo ponto da pauta, foi feita a leitura do relatório do processo de aquisição de ventilador, o qual foi aprovado por unanimidade. O Presidente Executivo perguntou se havia mais processos distribuídos, e como resposta, a Conselheira Sandra Bellon colocou que estava com o dos subsídios, mas não trouxe, pois queria analisar com mais cuidado. Dando continuidade aos trabalhos, foi convidada a Sra. Maria Auxiliadora, Gerente de Benefícios e

Assistência do IPAJM, para relatar sobre o Subsídio dos Militares. Explicou que devido às paralisações, foi feita uma revisão em quase 10 mil processos, com a necessidade de recuperar datas, pois quando foi feita a migração para o sistema SIHARES, ocorreram muitos problemas técnicos, de forma que não dava para aliar datas e dados. Disse ainda, que a Polícia Militar encaminhou ao Instituto os processos todos juntos e sem identificação, restando dúvidas quais eram de aposentadoria ou de pensão, se ativos ou inativos e, que, ainda antes de poder ser feita a análise e extração de dados dos processos, houve a necessidade da reconstituição física dos processos, pois os mesmos estavam em péssimas condições de manuseio, e que os servidores tinham que trabalhar de luva e máscaras. Após essas situações, houve ainda o estado de greve da PRODESTE, e o fato de que as folhas não eram feitas na SEGER o que, devido a transições, ocorreu a perda da proporcionalidade, gerando erro nos valores dos subsídios, e quando eram gerados os valores pelos computadores, eles não eram calculados de forma correta, o que gerou a necessidade de se refazer os cálculos manualmente, verificando-se que em alguns casos ocorreu à inversão da situação, o que era vantagem virou desvantagem e vice-versa. Foi criado então, um termo de opção paralelo, publicado em alguns jornais objetivando chamar os beneficiários que ainda não assinaram, tendo de comparecer ao IPAJM para verificação da tabela. Informou que a lei foi publicada em 2007 e que Instituto somente foi informado em fevereiro de 2008 de que era o Gestor Único de Previdência, e mesmo o prazo não sendo condizente, foram concluídos 98% do total. Na época foi feita uma exposição de motivos ao Diretor Técnico das dificuldades encontradas, sendo solicitada inclusive dilação do prazo, e que dos 10 mil processos, somente 193 foram feitos fora do prazo. A Conselheira Sandra disse que precisa ser visto quando foram encaminhados e quando foram recebidos os requerimentos, pois a administração tem o poder de rever, e se não chegou a tempo tem que ser revisto. A Sra. Maria Auxiliadora disse que a dificuldade que eles passam com ativos, o Instituto passa de forma muito mais complexa; e completou dizendo que no Magistério o Sindicato fez uma campanha muito negativa sobre o subsídio, o que gerou um grande susto. Continuando, disse que teve muitos problemas também com servidores que estavam como inválidos o que acarretou a verificação por parte do Instituto se a invalidez era permanente ou não, ocorrendo inclusive a necessidade de parecer jurídico em muitos casos, ainda opção pela paridade e alteração dos artigos 129 e 131. O conselheiro José Pimenta elogiou a servidora pela atenção que teve aos segurados e pela sabedoria em atendê-los. O Conselheiro Sólton Borges falou que existem pessoas no Sindicato que se expressam de forma errada. Afirmou também que o IPAJM usou os meios de comunicação demonstrando que o subsídio era uma vantagem única, o que não é verdade, pois teve-se casos de servidores que receberiam muito menos. Solicitou que quando fossem feitas estas divulgações, a fizessem de forma correta, para não gerar conflitos, e que quando se solicita uma reunião nunca são respondidos, nem sequer nos termos de que não haverá reunião. Esta é uma questão que está se passando agora, e em breve será passado pelo Instituto com a área da saúde. Recentemente ocorreu a vacância e extinção de cargos da Assembléia Legislativa, que quando questionados, dizem que não sabem e que é para procurar a SEGER. A Conselheira Sandra explicou que a extinção de cargos, é plano do Governo desde o início, mas não se fala que os cargos atuais serão extintos, pois não serão feitos mais concursos no padrão 15, para cargos como o de Administrador, mas sim para Analista Financeiro e Analista Administrativo. A Sra. Maria Auxiliadora encerrou sua participação agradecendo a atenção do Conselho e disse que os processos da saúde têm menos informação, mas se houver a necessidade de recuperá-los levará muito tempo. Passando-se para o próximo ponto de pauta, foram discutidas as alterações da Lei Complementar

282/2004, quando o Conselheiro Rômulo Lopes explanou que até 1998 não tinha-se contribuição para a previdência - era somente tempo de serviço, e disse que apóia o fato de quem era dessa época não ter débito previdenciário. Disse ainda que procurou a comissão para tomar ciência, mas foi informado que não havia registros. Falou ainda que existem muitas matérias e que o assunto é muito complexo, podendo qualquer simples alteração dar um reflexo muito grande. Sugere que se dê prosseguimento e que tudo seja debatido inclusive em audiências públicas, para dar ciência também aos segurados. Fez a proposta de que não seja criada a comissão para alteração da Lei 282/2004, mas sim uma comissão de estudo permanente, e convocar todos os Órgãos e incluir a Polícia Militar que não havia sido incluída. A Conselheira Marly sugeriu agilizar as alterações como no caso de atualização de débitos e coisas de urgência, e orientou também o encaminhamento ao Jurídico para que aponte as alterações de que necessita, e ainda, o que o próprio Governo quer para que após, dá-se o prosseguimento. Foi comentado ainda que durante as reuniões da comissão da Lei 282/2004, ocorreram muitas faltas, o que atrapalhou muito o desenvolvimento dos trabalhos. O Conselheiro José Pimenta aconselhou a aplicação de punição ao membro pela falta, e até a exclusão do mesmo. Findada a discussão sobre a Lei 282/2004, passou-se à discussão da Lei Complementar 351/2005 pelo relator, Dr. Rodrigo Antonio Giacomelli, Subgerente do Administrativo do IPAJM e pela Gerente Jurídica Previdenciária do IPAJM, Dra. Rosângela Rodrigues Maia. O relator afirmou que as alterações quanto ao número de cargos, que foi suprimido o número de técnico de nível médio e técnico de nível superior para elevar o número de cargo de advogado, sendo aprovado pelo Conselho e encaminhado aos Conselheiros, bem como ao Presidente. Porém, surgia a necessidade de trazer ao Conselho a opção de um processo paralelo de criação de novos cargos de advogados. Atualmente tem-se 05 advogados sendo que 01 (um) está como Subgerente, restando somente 04 advogados para atuarem em todos os processos administrativos e judiciais. E com isso resta prejudicado o servidor que tem uma lentidão em seu processo. Traz ainda a informação de que há 15 (quinze) advogados do último concurso e que tem validade ainda até 2010. A Dra. Rosângela Maia foi informada que foram suprimidos alguns cargos de nível superior, e atualmente ainda tem para serem chamadas 115 pessoas. Diz ainda que a proposta na época era de 5 advogados e 5 cadastros de reservas. Atualmente tem-se a divisão das subgerências, porém, os advogados fazem as mesmas atividades. A Conselheira Sandra afirmou a importância de que no requerimento, colocasse a necessidade do atendimento ao segurado. A Dra. Rosângela diz que a intenção é que as pessoas de nível médio fossem para o atendimento, mas não podemos tirar os funcionários de uma área e deixar as outras sem atendimento e sem pessoal. Solicitou ainda que fosse repensado o número de técnicos superiores visando amenizar o impacto. A Conselheira Marly afirmou que a relativa suprição nos cargos e extinção, é simplesmente pelo impacto financeiro para não ultrapassar o limite do orçamento e pela responsabilidade fiscal. Por conta de não prejudicar o andamento da lei e para não causar impacto é que foi feito o corte. O Presidente solicitou que somente seja analisado o caso dos advogados. A Conselheira Sandra diz que fará todo o esforço para ajudar. A Sra. Rosângela solicitou a palavra para falar sobre a Lei 282/2004, e disse que apareciam para as reuniões os representantes dos Poderes e que faziam até uma reunião por semana. Disse ainda que o Dr. Adriano Spessimilli sempre mandava fazer a Ata das reuniões e que a Sra. Gilcéia, Assessora Especial do IPAJM, era a responsável por fazê-las e, que, na sua ausência, a mesma as fazia. Informou também que tem algumas Atas guardadas e que tem muitas coisas importantes já pré-definidas nela, e que se necessitar delas estarão a disposição. Terminada a parte destinada ao EXPEDIENTE e passando às COMUNICAÇÕES, ficou definido que a próxima reunião

Ordinária do Conselho Administrativo realizar-se-à no dia 09/12/2008 às 09:00 horas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu, AWÉRIK CARLESSO LUCAS ZEFERINO, Secretário do Conselho em exercício, lavrei a presente Ata que lida e aprovada vai assinada pelo Presidente e demais Conselheiros.

RÔMULO AUGUSTO PENINA
Presidente Executivo – IPAJM

SANDRA HELENA BELLON
Conselheira – Poder Executivo

RÔMULO LOPES BERNABÉ
Conselheiro – Sindijudiciário

JOSÉ MARIA PIMENTA
Conselheiro – Sindlegis

MARLY MARTHA DEPRÁ BITTENCOURT
Conselheira – Poder Legislativo (Suplente)

SOLON BORGES MARQUES JUNIOR
Conselheiro – Intersindical

MARIA INÊS PIMENTA CASTELLO MIGUEL
Conselheira - Poder Judiciário